



S. R.

## PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

### NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Na sequência de notícias divulgadas hoje em alguns órgãos de comunicação social sobre a existência de um processo em que é denunciado o Deputado Fernando Negrão por eventual cometimento do crime de violação do segredo de justiça e para repor a verdade, ao abrigo do artigo 86º, nº 9, do C.P.P., consideramos úteis alguns esclarecimentos.

No âmbito de um processo pendente na comarca de Ourique, de 1997, em que era designadamente ofendido o Presidente da Câmara de Ourique, foram atribuídas a um Inspector da Polícia Judiciária revelações da identidade de arguidos que foram sentidas por estes como atentado ao seu bom nome e violação do segredo de justiça.

Por isto um dos arguidos apresentou uma queixa por violação do segredo de justiça ao Ministério Público que resultou na abertura de inquérito.

A seguir ao inquérito teve lugar a instrução onde foram dados como preenchidos os elementos do crime de violação do segredo de justiça. O tribunal de instrução, no entanto, não pronunciou o Inspector referido por falta de dolo (erro sobre a proibição) que assentava no facto deste ter alegado a anuência do então Director da Polícia Judiciária para as declarações que teria feito.

Foi em face deste condicionalismo que o Senhor Juiz de Instrução mandou extrair certidão para ser remetida ao Ministério Público.

O Ministério Público, como não podia deixar de fazer, encaminhou para o DIAP (Departamento de Investigação e Acção Penal) de Lisboa a certidão, ao mesmo tempo que abria na Procuradoria-Distrital de Évora um processo-crime para investigar, do mesmo modo, uma possível violação do segredo de justiça por parte do magistrado do Ministério Público.

Lisboa, 28 de Junho de 2002

A Assessora de Imprensa

Sara Pina